

Estratégia do Desenvolvimento Urbano como Fator Determinante para o Desenvolvimento Industrial Sustentável

Strategy of Urban Development as a Determining Factor for Sustainable Industrial Development

Rúbia Tânia Welter¹
Mario Cesar Barreto Moraes²
Wilson José Mafra³
Neri dos Santos⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar a estratégia do desenvolvimento urbano como fator do desenvolvimento industrial sustentável. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa documental e uma revisão histórico-bibliográfica de uma cidade, neste caso, a cidade de Joinville-SC. Foi realizado, também, um estudo sobre a evolução dos acontecimentos históricos da cidade pesquisada, como forma de estabelecer que estratégias adotadas interferiram neste processo de desenvolvimento. Como resultado, foram identificados os fatores estratégicos inerentes ou determinantes para o desenvolvimento industrial da cidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Desenvolvimento industrial. Fatores estratégicos.

ABSTRACT

This article aims to identify the strategy of urban development as a factor of sustainable industrial development. To achieve this goal a search was conducted and a documentary history - bibliographic review of a city, in this case the city of Joinville-SC. It was done, also, a study of the historical development of events in the city searched, as a way to establish which strategies adopted interfered in the process of development. The result was identified the factors inherent or strategic factors for the industrial development of the city.

Keywords: Urban development. Industrial development. Strategic factors.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano se evidencia por fatores que traduzem a qualidade de vida, a exemplo do próprio desenvolvimento regional. Tais fatores qualificam o desenvolvimento ao tempo em que tipificam a região. Os fatores estratégicos, relativos ao desenvolvimento urbano, estão invariavelmente associados ao crescimento urbano, com o qual contribuem as fábricas, os serviços, a exploração da terra, entre outras atividades.

Quando se aborda a questão cultural, a atividade agrícola, a atividade industrial e a apresentação de meios, segundo um contexto sistêmico, percebe-se a dependência desses fatores estratégicos em relação a uma evidência histórica. Nesse sentido, a relevância de considerar o desenvolvimento urbano associado ao crescimento populacional e à ocupação do solo ganha um contorno singular. Deste modo, a pesquisa enfoca os problemas do crescimento urbano, abordando principalmente as estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis dentro de um contexto demográfico, social, econômico e ambiental e as suas influências na construção da urbanidade.

Com o objetivo de identificar os fatores estratégicos do desenvolvimento que levaram ao desenvolvimento industrial sustentável, a pesquisa realizada levou em conta o intervalo de tempo entre 1949 e 2004, no município de Joinville, maior cidade do Estado de Santa Catarina e com perfil eminentemente industrial. Adota-se, para isto, a abordagem contextualista introduzida por Pettigrew (1987), baseando-se na focalização histórica, processual e

¹Mestre em Administração (UDESC). E-mail: rubiatania@hotmail.com.

²Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC). E-mail: e2mcbm@udesc.br.

³Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor Universidade do Estado de Santa Catarina (CCT/UDESC). E-mail: mafra@joinville.udesc.br.

⁴Doutor em Ergonomia da Engenharia (CNAM - França). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: neri@egc.ufsc.br.

contextual dos fenômenos estudados, identificando os antecedentes e as consequências das mudanças estratégicas ocorridas no período estudado. O estudo caracteriza-se em uma pesquisa exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que possuem relação direta com o problema pesquisado e análise de situações que estimulem a compreensão, como as contribuições envolvidas com a elaboração dos planos de desenvolvimento urbano da cidade e os respectivos planos e mapas cartográficos da região no referido período. O método utilizado para a análise teve como base os resultados obtidos em campo, nas observações constatadas e na documentação consultada, tendo como suporte o referencial teórico estudado.

1. ESTRATÉGIA

O termo estratégia, importado das artes militares, representa a habilidade dos generais em empregar os meios disponíveis para atingir seus objetivos, principalmente depois que os pesquisadores passaram a utilizar, na administração, as reflexões sobre estratégia militar e arte da guerra escrita por Clausewitz, no século XIX, Liddell Hart, neste século e, muito anteriormente, por Sun Tzu, no século IV a.C (MINTZBERG; QUINN, 2001). O resultado prático da estratégia, no seu puro sentido militar, consiste em enfraquecer ânimo e disposição das frentes de combate e na quebra da organização das forças oponentes (OLIVEIRA, 1991).

Contudo, partindo das organizações, o conceito é definido por Oliveira (1997, p. 28) como sendo “[...] um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os resultados da empresa, representados por seus objetivos, desafios e metas”.

Chandler (*apud* ROBBINS, 1990) definiu estratégia como a determinação dos objetivos básicos de longo prazo e a adoção de cursos de ação e alocação de recursos para alcançar os objetivos. Esta é uma definição ampla de estratégia, a qual inclui o próprio objetivo mais os meios de como conseguir atingir esse objetivo.

Hambrick (1980) afirma que a estratégia é um conceito multidimensional e situacional e isso dificulta uma definição de consenso. Entretanto, Pagnoncelli e Vasconcellos (1992, p.265) definem estratégia como “[...] o que a empresa decide fazer, considerando o ambiente, para atingir os objetivos, respeitando os princípios, visando cumprir a missão no negócio”.

Esses conceitos foram trazidos aqui para as questões da administração de cidades considerando os elementos que concorreram para os resultados do processo de industrialização, como estratégias adotadas para induzir ao desenvolvimento regional e industrial, traduzidos pela idéia de planos e intenções de dirigente público direcionado, como se espera, ao bem-estar social e econômico de sua comunidade.

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que

podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182 da Constituição Brasileira (BORTOLON, 2005).

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Muitas são as conceituações de desenvolvimento sustentável, que ainda está longe de ser uma concordância geral, embora a expressão seja de uso cada vez mais freqüente em diversas áreas; pode ser visto como palavra-chave desta época.

Foi na década de 1980 que a expressão Desenvolvimento Sustentável difundiu-se. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) de 1987, utilizou a seguinte definição para Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (CAVALCANTI, 2000).

O Desenvolvimento Sustentável é antes de tudo a mola mestra para o bem-estar da humanidade, devendo ser centrado nas pessoas e não na produção, mas, por fazer parte de um complexo sistema holístico, que busca um entendimento integral dos fenômenos, deve estar em plena harmonia com o meio ambiente e com as forças produtivas, coexistindo de forma necessária, compatível e interdependente à alta produtividade, à tecnologia moderna e ao desenvolvimento econômico com um meio ambiente saudável (DIAS, 2000).

A Figura 1 apresenta de forma clara o que é Desenvolvimento Sustentável.

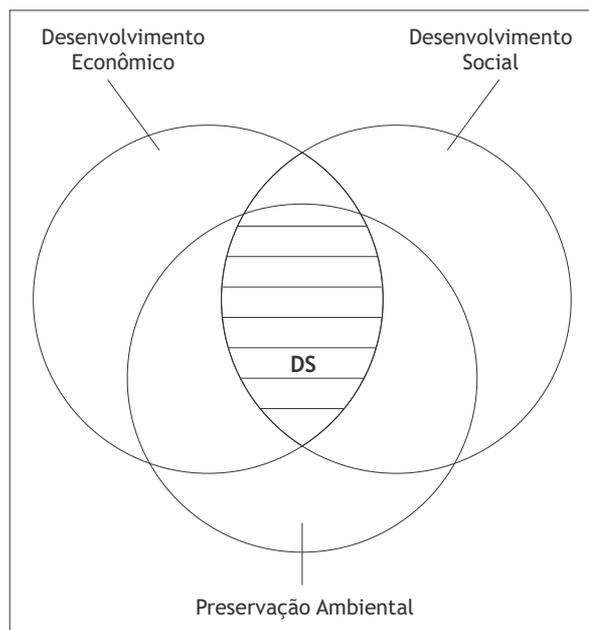


Figura 1: Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Dias, 2000.

O ser humano tem objetivos sociais, como acesso à moradia, à educação, à saúde, ao lazer entre outros, como também tem objetivos econômicos, acesso a bens de consumo. Da mesma forma, possui propósitos ambientais, como direito a um ambiente ecologicamente saudável, onde a vitalidade e diversidade do planeta sejam preservadas (DIAS, 2000).

Desta forma, o Desenvolvimento Sustentável buscaria conciliar tais objetivos, de modo que nenhum deles fosse prejudicado ou prejudicasse o objetivo do outro. Este fato está representado na Figura 1 pela área escurecida na interseção dos três círculos.

Tal desenvolvimento deveria continuar nos limites da capacidade de suporte do planeta, de modo a não comprometer a integridade dos sistemas que mantêm a terra para as gerações presentes e futuras (DIAS, 2000).

Segundo o Caderno Digital de Informação sobre Energia, Ambiente & Desenvolvimento, o termo desenvolvimento sustentável define as práticas de desenvolvimento que atendem às necessidades presentes sem comprometer as condições de sustentabilidade das gerações futuras, como foi definido no Relatório Brundtland. Seus princípios são baseados nas necessidades essenciais e, prioritariamente, naquelas das populações mais pobres, além das limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, restringindo a capacidade de atender às necessidades presentes e futuras.

Dois conceitos-chave para desenvolvimento sustentável são evidenciados: o primeiro, conceito de necessidades, foca especialmente as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; o segundo seria a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (HOGAN; VIEIRA, 1995).

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, de 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional.

3. DESENVOLVIMENTO URBANO

A origem das cidades ou dos conglomerados urbanos é um fato histórico, geográfico e principalmente social. O seu surgimento deu-se no final da pré-história, pois, no

princípio, as sociedades primitivas não desenvolveram as cidades, mas apenas aldeias rurais (as chamadas “proto-cidades”), que não eram fixas e mudavam de lugar com a exaustão do solo (LIMA, 2002). Segundo Tôres (1998), em Platão e em Aristóteles o conceito de *pólis* estava associado aos fins que a totalidade do gênero humano deve ter em vista e dos meios que a razão indica para a consecução de tais fins.

Cada cidade possui uma qualidade peculiar que a difere de outra, cada qual com sua característica inerente, sua história. É essencialmente um local de encontro e de trocas, é o apoio de toda atividade do movimento humano (SILVA, 2000).

Para Lima (2002), a cidade deve ser considerada como um local econômico privilegiado, com seu patrimônio, suas funções e finalidades econômicas, poder de decisão entre outros. É um mercado de bens, serviços e produtos compartilhados entre si. Ela deve estar sempre centrada em alguns objetivos fundamentais, como o estudo e a previsão do crescimento eficaz das cidades, estudando os custos econômicos, financeiros e sociais deste crescimento, bem como a relação entre a urbanização ordenada e a produtividade econômica.

Kohlsdorf (1996) cita ainda que, devido ao seu caráter urbano, a atividade industrial transformou as cidades em sua base territorial. Concentrando capital e trabalho, as cidades deram-lhe amplo suporte ao mesmo tempo em que se ajustaram às novas necessidades.

O termo urbanismo, para Harouel (1990), foi criado há pouco mais de um século, no entanto, a compreensão de seu significado deva ser tão antiga quanto a civilização urbana, é uma criação específica do espírito ocidental, é uma ideologia revestida com o nome de ciência, que predomina no século XX no mundo inteiro. Desta maneira, o termo urbanismo apresenta equivalência em relação a uma realidade muito antiga, a arte urbana. Um segundo significado expressa uma realidade específica, uma nova disciplina, surgida no final do século XIX, que envolve uma ciência e uma teoria da cidade. Este termo, no entanto, é empregado de uma forma muito mais ampla e imprecisa (HAROUEL, 1990).

O surgimento do termo urbanismo só é perfeitamente compreendido se tratarmos do processo de industrialização, que está na raiz do processo das transformações sociais há um século e meio. Segundo Kohlsdorf (1996), estas transformações originaram a maioria das questões referentes à cidade, como crescimento, planificação, desenvolvimento da realidade urbana, produção do espaço urbano, com ênfase atual para as atividades de lazer e as culturais.

O processo de urbanização tem sua origem na Antigüidade. A indústria como forma pela qual o homem toma para si e transforma a natureza refere-se às primeiras manifestações de produção artesanal doméstica, as corporações e a produção

manufatureira. Para Guimarães (2002), a urbanização da humanidade é um fenômeno moderno da sociedade industrializada, fruto mesmo da revolução industrial. Ao nos referirmos a cidades, logo visualizamos os grandes centros em que se aglomeram fábricas e serviços, atividades necessariamente desvinculadas do produto natural da terra, este, ao contrário, objetivo principal das atividades do campo. A atividade industrial começa então a predominar sobre as outras atividades econômicas

Como Política, a urbanização se propõe a resolver os problemas de uma sociedade em determinada área e em um determinado tempo, levando-se sempre em consideração que a sociedade e seu espaço se transformam continuamente no tempo, sem que seja observado, entretanto, um mínimo de sincronismo entre eles.

Assim, uma política de urbanização não pode esquecer a questão social em que a educação, saúde pública, habitação, alimentação devem ser planejadas, vistas como um investimento econômico e não um custo, o que recai numa questão extremamente delicada quando se envolve a questão da responsabilidade social dos governantes.

A inexistência de um bom planejamento para o desenvolvimento urbano causa severas conseqüências, as quais podemos observar diariamente, ou melhor, as péssimas condições de habitação nas favelas e na periferia das grandes cidades, o baixo nível de saneamento básico dos grandes centros, os constantes congestionamentos de trânsito e, principalmente, o crescente aumento da violência urbana.

A cidade nasce na figura do parcelamento do solo com a respectiva implantação do arruamento. São os loteamentos que apresentam ao observador as formas que a estrutura urbana assume e revelam, sob o ponto de vista espacial e temporal, as mudanças que se realizam no processo de produção da cidade. Sob outro ponto de vista, a produção de espaços para a moradia, seja ela através de loteamentos ou de simples desdobramentos da propriedade, somente ocorre porque existe uma demanda imposta pelo processo de produção do sistema econômico urbano, que tem na aglomeração o seu principal fator de produção.

Dessa maneira, a concentração de atividades e pessoas em um lugar gera essa demanda. Assim, os loteamentos são ao mesmo tempo causa e conseqüência da interferência nos sistemas humanos e ambientais (SANTANA, 1998). Para Meirelles (*apud* NOGUEIRA, 1981), loteamento urbano é a divisão voluntária do solo em unidades (lotes) com abertura de vias e logradouros públicos, na forma da legislação pertinente.

4. DE COLÔNIA AGRÍCOLA A CIDADE INDUSTRIAL

A Cidade escolhida para o estudo proposto, Joinville, tem ligação direta com a história de sua indústria, devido à influência dos imigrantes,

portadores de conhecimentos técnicos trazidos de seus países de origem, de uma sociedade industrial de forte ideologia capitalista (TUDOJOINVILLE, 2005). Joinville teve um crescimento singular, se comparado com a maioria das cidades brasileiras que surgiram na mesma época, por volta da metade do século XIX. Joinville se destaca na medida em que foi planejado um empreendimento para lhe dar origem, tendo como objetivo estabelecer um grande centro colonial voltado para a agricultura, a Colônia Agrícola Dona Francisca.

Três fatores foram determinantes e irreversíveis no processo de industrialização de Joinville:

- a) a construção da estrada Dona Francisca;
- b) a introdução da estrada de ferro; e
- c) a implantação da energia elétrica (TERNES, 1986).

Além destes fatores, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) impulsionou a indústria brasileira e, conseqüentemente, a economia de Joinville. Este conflito foi favorável pela circunstância oportuna de aumento e pela inovação na produção. A crise nas importações de bens e equipamentos estimulou a indústria local em direção ao processo de substituição das importações (ROCHA, 1997).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também desencadeou o crescimento das indústrias pela substituição obrigatória de importações e pela oportunidade de exportações, principalmente para a América Latina (ROCHA, 1997).

O processo de urbanização de Joinville foi dividido em quatro períodos:

1º Período: de 1949 a 1966 - Início do processo de industrialização. Alguns fatores foram determinantes para que isto acontecesse:

- a) instalação da Fundação Tupy;
- b) explosão Demográfica. As indústrias começaram a recrutar mão-de-obra no interior do Estado de Santa Catarina e do Estado do Paraná;
- c) mão-de-obra sem qualificação para o trabalho industrial. Deste modo, os trabalhadores não recebiam remuneração suficiente que os inserisse no mercado formal de terras. Começaram a ocupar e invadir terras com pouca infra-estrutura e os manguezais próximos das fontes de emprego;

d) a urbanização crescente. Provoca o surgimento de inúmeros loteamentos clandestinos e irregulares na periferia da cidade, de forma aleatória e afastada do eixo de crescimento. Esta ação continuada levou a cidade a crescer intensamente, sem condições adequadas, sem um mínimo de infra-estrutura. Neste período, o Governo Federal implantou uma política urbana para o país, Joinville contratou uma empresa para definir um plano básico de urbanismo, o que possibilitou acesso às verbas federais. Surge então o primeiro projeto no sentido de estabelecer um plano diretor para a cidade o Plano Básico Urbanístico - PBU/65;

e) a indústria. Além da sua importância no âmbito econômico, passou a determinar as demais composições do espaço urbano, que aparecem como externalidades do processo industrial, desempenhando funções complementares.

2º Período: de 1967 a 1976 - Loteamentos informais. Neste período, foram produzidos aproximadamente 3.300 lotes, bem menos do que no período anterior, embora o crescimento demográfico fosse maior que a média nacional. Alguns fatores foram decisivos para que isto ocorresse:

a) mudança das instalações da indústria Cônsul para a zona Industrial e a implantação da indústria Embraco também na zona Industrial;

b) ampliação do Grupo Hansen e da Fundação Tupy;

c) atividade de loteamentos formais inexpressiva. Apesar do alto crescimento demográfico deste período, o mesmo não acontece com os loteamentos formais cuja atividade é praticamente inexpressiva. A Prefeitura de Joinville, apesar do Decreto Lei 58/37, que foi a primeira lei brasileira que tratou de regulamentar a questão do parcelamento do solo para fins urbanos, que obrigava o reconhecimento do processo de loteamentos pela municipalidade, não tomava conhecimento oficial do que estava ocorrendo. Isto levou a um elevado número de loteamentos informais. Este ato era favorecido pela falta de penalidades aos infratores da lei do parcelamento do solo. Desta maneira, foi neste período que foi produzida a grande maioria dos loteamentos clandestinos, que só seriam regularizados após a Lei Federal 6766/79, a qual dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, nos anos 80 (SANTANA, 1998);

d) 1º Plano Diretor em 1973. A Lei 1.262/73 (Plano Diretor de Joinville) foi uma reestruturação do Plano de 1965, com conceitos de desenvolvimento integrado do município e melhores condições para o desenvolvimento harmônico e o bem-estar da comunidade no exercício das funções de morar, trabalhar, circular, recrear e comunicar. Foram definidas as localizações do *campus* universitário, áreas de produção agrícola, área para o novo distrito industrial, eixos viários principais, entre outras (SGANZERLA; TERNES, 2001).

3º Período: de 1977 a 1992 - Primeiras imobiliárias. Neste período foram produzidos aproximadamente 34.200 lotes na cidade de Joinville. Um número bastante expressivo. **Os fatores que foram decisivos para que isto ocorresse foram:**

a) a enorme defasagem em relação à procura e à produção de lotes em 1976. Foi a partir desta época que surgiram as primeiras imobiliárias para explorar este mercado em ascensão. O mercado de produção de lotes foi assumido pelas empresas imobiliárias, não mais sendo feito pelos donos do imóvel, quando, há alguns anos, estes parcelavam seus lotes coloniais das

instalações da indústria Cônsul para a zona Industrial e a implantação da indústria Embraco também na zona Industrial (SANTANA, 1998);

b) em 1978, é feito um levantamento, por técnicos da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ, para verificar a urbanização da cidade. Este estudo mostrou que o município tem graves problemas sócio-econômicos. Surgem novas recomendações para atualização do planejamento da cidade (SGANZERLA; TERNES, 2001);

c) o crescimento populacional ainda é significativo;

d) publicação da Lei federal 6.766/79 sobre o parcelamento do solo;

e) aumento do número de lotes produzidos devido a três fatores:

◆ expansão perímetro urbano, devido à necessidade de terras para serem ocupadas com a população que crescia muito rapidamente;

◆ loteamentos de meia, os proprietários das glebas não tinham condições financeiras nem técnicas para produzir o parcelamento de acordo com as exigências legais. Surge o empresário que fará o loteamento de acordo com as normas mediante uma remuneração de 50% (cinquenta por cento) dos lotes produzidos, metade do proprietário e metade do loteador;

◆ regularização dos parcelamentos irregulares.

f) Plano de Estruturação Urbana de 1987. Devido a todos esses problemas, neste período, é feita novamente uma ampla revisão do Plano Diretor de 1973, surgindo então, em 1987, o Plano de Estruturação Urbana. Pesquisando o desenvolvimento de Joinville, foi levantado o questionamento sobre o modelo industrial sob a seguinte ótica. Até que ponto o contínuo desenvolvimento local, baseado no setor industrial, empregando mão-de-obra predominantemente de baixa renda, se o resultado real deste processo para o conjunto da cidade seria conveniente (TERNES, 1993).

4º Período: de 1993 a 2004 - Legislação de proteção. Nesta fase, foram produzidos aproximadamente 18.360 lotes. Alguns fatores foram determinantes para que isto ocorresse:

a) ampliação do perímetro urbano. Isto ocorre devido ao esgotamento de áreas disponíveis para o parcelamento do solo no perímetro urbano existente;

b) monopolização da terra. Agentes imobiliários adquiriram muitas terras porque possuíam muito capital vindo de diversas atividades econômicas, principalmente da indústria metal-mecânica. Passaram então a pressionar a Prefeitura para sugerir modificações nas diretrizes urbanísticas, com o objetivo de preservar os investimentos feitos nas aquisições de áreas nos setores afetados pelas modificações no zoneamento de uso do solo e nos índices urbanísticos (SANTANA, 1998);

c) crescimento demográfico (2,4% ao ano);

d) criação do IPPUJ e da FUNDEMA. A Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ) teve como propósito coordenar e integrar ações na condução de interesses da comunidade, analisar e reavaliar constantemente aspectos globais que interferem e determinam a qualidade de vida da cidade. A Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) ficou responsável em analisar os projetos de uso, ocupação e parcelamento do solo, nos seguintes aspectos: proteção do solo, da fauna, de cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sistema de abastecimento de água, reserva de áreas verdes, utilização de áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), bem como de terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, entre outros;

e) preservação do meio ambiente.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada possibilitou levantar fatores que se identificaram como estratégicos com vistas ao desenvolvimento de uma área industrial e sustentável. A partir da pesquisa de campo, com levantamentos históricos do processo de urbanização da cidade e do parcelamento do solo, ratificados pela pesquisa em gráficos e mapas pesquisados junto a arquivos históricos, prefeitura municipal e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, os fatores estratégicos para o desenvolvimento industrial, no caso da região, evidenciaram-se como sendo:

a) as características climáticas, de solo e geográficas da região, que, por um lado, desfavorecem o desenvolvimento agrícola, por outro lado, favorecem o desenvolvimento industrial;

b) a cultura do colonizador, seu conjunto de padrões de comportamento, conhecimentos e costumes habilitava-o a optar pelo processo industrial ao invés do processo agrícola;

c) a formalização do registro de terras, como contraponto às terras devolutas, clandestinas ou de propriedade ilegal;

d) as características da mão-de-obra local, que, analogamente ao clima, ao solo e à região, identificam-se como favoráveis ou não conforme a ótica, agrícola ou industrial;

e) as exigências legais ao processo de registro e efetivação do parcelamento, as quais levaram à profissionalização do setor, tornaram-se um indicador ao próprio processo de desenvolvimento;

f) a redução dos custos sociais quando do desenvolvimento de loteamentos nas proximidades da indústria;

g) a fixação do trabalhador na região, minimizando os efeitos negativos do “turner over” às indústrias;

h) o comprometimento familiar com o crescimento

da indústria e a co-responsabilidade no processo - a família passa a viver no entorno da indústria e, com isto, gerando novos pequenos negócios, principalmente na área de serviços para suporte à própria economia local. Representando um indicador social derivado e que responde solidariamente pelo desenvolvimento local.

Entretanto, antecedem aos fatores aspectos que se revelam significativos na consolidação do processo de desenvolvimento industrial regional.

Fundamentalmente, esses aspectos estão associados a um processo de adaptação regional, percebido no estudo de caso, cujas variáveis associadas foram a incapacidade produtiva do solo, inviabilizando o desenvolvimento agrícola da região, conduziu à alternativa da industrialização e, por conseguinte, à implementação de um plano associado ao processo respectivo; por último, as legislações ambientais como limitadoras do crescimento industrial, mas com caráter importante para a qualidade de vida urbana.

A sustentabilidade do desenvolvimento regional é percebida quando de uma avaliação histórica deste desenvolvimento associada ao parcelamento do solo urbano. Parece que os fatores estratégicos do crescimento, tanto demográfico quanto socioeconômico, e do desenvolvimento industrial regional, identificados com a pesquisa, se reforçam ao longo do tempo, sobretudo ao se considerar as quatro fases de adaptação percebidas: o início do processo de industrialização, vivido no período de 1944 a 1966; a identificação dos loteamentos informais, ocorrida com maior ênfase no interstício 1967 à 1976; o surgimento das primeiras imobiliárias na década de 70 e os últimos 20 anos, marcados pela força da legislação de proteção ao meio ambiente, pelas exigências de urbanização e maior fiscalização das obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, percebe-se que a estratégia de desenvolvimento urbano enfatiza a delimitação de áreas específicas apropriadas à expansão industrial. Com essa estratégia de ocupação do solo, a urbanização se dá segundo algumas características que a pesquisa possibilitou identificar:

a) a definição de áreas urbanas conforme as classes sociais locais;

b) a verticalização derivada da grande ocupação do solo;

c) a transferência de plantas industriais, provocando a geração de grandes áreas ociosas passíveis de um novo parcelamento de solo, desta feita considerando não apenas a terra, mas as construções vinculadas;

d) permanente atenção ao planejamento urbano para atender a demanda habitacional da população;

e) observação contínua do ritmo do desenvolvimento industrial, pois é um importante fator do parcelamento do solo; e

f) intensificação e incentivo pelo poder público, devido ao déficit habitacional, para a produção de lotes populares em parceria com a iniciativa privada e universidades, com o objetivo de otimizar custos e, em consequência, aumentar a oferta de lotes populares.

Em se tratando do processo de parcelamento do solo urbano, especificamente de Joinville, percebeu-se que o plano diretor, como regulador do processo de ocupação social e de desenvolvimento industrial regional, detém períodos distintos: 1965, plano básico urbanístico; 1973, plano diretor de Joinville; 1975, plano diretor do distrito industrial norte; 1987, plano de estruturação urbana.

REFERÊNCIAS

- BORTOLON, S. FECAM - I Seminário estadual sobre estatuto das cidades e uso do espaço urbano, 02 de abril de 2005. Disponível em: <[HTTP://www.ammoc.com.br/eventos/estatuto_da_cidade.html](http://www.ammoc.com.br/eventos/estatuto_da_cidade.html)> Acesso em: 10 mai. 2005.
- CAVALGANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 4. ed. São Paulo: Gaia, 2000.
- GUIMARÃES, N. A. **Competência Municipal em Matéria de Direito Urbanístico e o Novo Estatuto da Cidade.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- HAMBRICK, D. C. **Operationalizing the Concept of Business-Level Strategy in Research Academy of Management Review**, v. 5, n. 4, p.567-575. 1980.
- HAROUEL, J. L. **História do urbanismo.** Campinas: Papirus, 1990.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1995.
- KOHLSDORF, M. H. A. **Apreensão da forma da cidade.** Universidade de Brasília. Brasília, 1996.
- LIMA, J. A. A. **Urbanismo como ciência, técnica e arte:** sua política e sua proteção legal. Texto Especial 140, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/ases/texto140.asp>>. Acesso em: 23 mar 2005.
- MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- NOGUEIRA, A. P. F. **Desapropriação e urbanismo.** São Paulo: RT, 1981.
- MUKAI, T. **Direito e legislação urbanística no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1988.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Estratégia Empresarial.** São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- PAGNONCELLI, D.; VASCONCELLOS FILHO, P. **Sucesso empresarial planejado.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.
- PETTIGREW, A. M. Context an action in the transformation of the firm. **Journal of Management Studies**, Inglaterra, v.24, n.6, p.649-669, nov. 1987.
- ROBBINS, P.S. **O processo administrativo: integrando teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1990.
- ROCHA, I.O. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações.** Florianópolis, 1997.
- SANTANA, N. A. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) - 1949-1996.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.
- SGANZERLA, N., 20. TERNES, A. **Instituto 150 anos.** Joinville: Letra d água, 2001.
- SILVA, J. A. da. **Direito urbanístico brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, p. 24-25, 2000.
- TERNES, A. **História econômica de Joinville.** Joinville: Meyer, 1986.
- _____. **Joinville, a construção da cidade.** São Bernardo do Campo: Batira, 1993.
- TÔRRES, M. R. **O Pensamento político de Dante Alighieri - uma interpretação histórica.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1998.
- TUDO JOINVILLE. 2005 - Disponível em: <<http://www.tudojoinville.com.br>> Acesso em: 10 abr. 2005.